

DEFICIÊNCIA, DOCÊNCIA E ENSINO SUPERIOR: A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA PROFESSORA CEGA

DISABILITY, TEACHING AND HIGHER EDUCATION: THE TRAJECTORY OF A BLIND PROFESSOR AT UNIVERSITY

Adenize Queiroz de Farias¹

Resumo

O capacitismo, terminologia recentemente empregada no Brasil, designa toda e quaisquer formas de discriminação que caracterizam pessoas com deficiência como indivíduos incapazes, de pensar e atuar socialmente. Atitudes capacitistas marcam fortemente a vida e as formas de relações das pessoas com deficiência em suas famílias, nos espaços escolares e na sociedade em geral, impedindo-as de desempenhar uma participação plena e efetiva, por exemplo, no mercado laboral, no universo da cultura e do lazer, e até no exercício de sua sexualidade. Diante da lógica capacitista, esse texto tem como objetivo apontar perspectivas de enfrentamento/empoderamento, face às barreiras que impedem a participação de estudantes/docentes com deficiência no ambiente universitário. Dessa forma, consideramos importante dar visibilidade a experiências bem-sucedidas vivenciadas por mulheres com deficiência que, em oposição às concepções capacitistas, evidenciam possibilidades exitosas de participação social e, uma vez conscientes de seus direitos e de seu papel enquanto sujeitos, passam a atuar como pessoas pró-ativas e, em muitos casos, comprometidas com a luta em defesa dos direitos de seus pares. Para tanto apresentamos elementos autobiográficos de nossa trajetória, enquanto professora do ensino superior, destacando atitudes ou práticas de ruptura e empoderamento em meio as inúmeras barreiras presentes no ambiente universitário. Cientes de que esta trajetória aponta caminhos que contribuem para a eliminação de barreiras no percurso acadêmico, assim como no exercício da docência por parte de homens e mulheres com deficiência, com este trabalho, esperamos ampliar o debate em torno da questão, suscitando, dessa forma, a adoção de um novo olhar e, conseqüentemente, novas atitudes para com as pessoas com deficiência, dentro e fora do ambiente universitário.

Palavras-chave: Capacitismo; Pessoas com Deficiência; Ensino Superior.

Abstract

Ableism, terminology recently employed in Brazil, is understood as a form of social prejudice or discrimination against those people who have disabilities, seeing them as less capable of thinking and acting in society. Ableist attitudes strongly disturb the relations of disabled people in their families, school and society, hindering them to develop a full and effective participation in the market, culture and leisure universe, and even in their sexuality. Regarding ableist logic, this text intends, as a goal, to spot new coping/empowerment perspectives, facing the obstacles on the way of disabled students/ professors in their path through college. Hence, we consider important to highlight successful experiences of disabled women that, in opposition to ableism, evince profitable possibilities of social participation and, once aware of their rights

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professora da disciplina Educação Especial na Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: adenize.queiroz@gmail.com

and roles as individuals, become proactive people mostly committed to the struggle of their peers. For this purpose, we present autobiographical elements of my story as a higher education professor, pointing out attitudes and practices of social disruption and empowerment amid numerous barriers in the academic universe. We realize that this trajectory contributes to the elimination of barriers in academy, as well as helps disabled professors in their teaching activities. Thus, we hope to broaden the debate on the issue, calling for a new approach and practices for the people with disabilities inside and outside the university.

Keywords: Ableism; People with Disabilities; Higher Education.

Introdução

A cada ano, a universidade brasileira tem avançado significativamente no tocante às matrículas de estudantes com deficiência, o que se torna visível por meio dos dados do IBGE, os quais indicam que: entre os anos 2010 e 2013, as matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior aumentaram quase 50%, sendo 30 mil estudantes em 2013, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil (IBGE, 2010; Brasil, 2015).

Observa-se, por outro lado, que a adoção de medidas visando ampliar as possibilidades de permanência e participação destes sujeitos nas diversas atividades acadêmicas é, em larga escala negligenciada, o que se dá tanto pelos gestores, como por parte de docentes e outros segmentos que compõem a comunidade universitária.

A esse respeito, convém ressaltar as relevantes contribuições oferecidas pelo Programa Incluir, implementado pelo Governo Federal no ano de 2012, o qual foi determinante no sentido de subsidiar políticas de inclusão e acessibilidade em todo território nacional.

Ainda assim, em consequência de uma cultura capacitista, a qual desconsidera quaisquer perspectivas de sucesso por parte de pessoas com deficiência, verifica-se que a presença de tais pessoas na Universidade, espaço privilegiado à construção de novos saberes, é invisibilizada. Tal fato evidencia-se, por exemplo, por meio de um excessivo número de estudantes com deficiência que atuam com bolsistas nos mais diversos projetos de extensão universitária, em cuja participação destes estudantes se dá, geralmente, tão somente como objetos de pesquisa ou intervenção.

Diante deste panorama, com este trabalho, o qual reúne memórias da experiência de uma professora cega na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esperamos contribuir no sentido de dar maior visibilidade à luta e à participação destas pessoas que, por sua vez devem tomar consciência de seu papel enquanto autores/construtores desta história, dentro ou fora do ambiente universitário.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é apontar perspectivas de enfrentamento/empoderamento, face às barreiras que impedem a participação de estudantes/docentes com deficiência no ambiente universitário. Para tanto, inicialmente, apresentamos algumas

reflexões acerca do capacitismo, terminologia recentemente empregada no Brasil para designar quaisquer formas de discriminação diante da condição da deficiência, discutindo como tais atitudes se manifestam no ensino superior. Posteriormente, tecemos breves considerações em relação à metodologia, culminando com os resultados e discussões do estudo, através dos quais pretendemos evidenciar caminhos e possibilidades de empoderamento de docentes ou discentes com deficiência membros de comunidades universitárias.

Capacitismo: o que é e como se manifesta no ensino superior?

Nesta seção abordamos o conceito de capacitismo e discutimos como a força desta concepção encontra-se enraizada em nossa sociedade, materializando-se por meio de experiências excludentes e discriminatórias no cotidiano de homens e mulheres com deficiência, particularmente no âmbito do ensino superior, foco deste estudo.

Numa sociedade que cultua corpos perfeitos e, do ponto de vista do capital, seleciona indivíduos em condições de produzir economicamente, as pessoas com deficiência, assim como outros grupos vulneráveis, são consideradas fora dos padrões instituídos como normas e, por isso mesmo, tidas como inadequadas ao convívio social.

Nesse sentido, a exemplo do que ocorre com a opressão sexista e heterossexista, os ativistas da deficiência adotam a discriminação capacitista para explicar:

A discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência de forma activa (por exemplo, através de insultos e considerações negativas ou arquitetura não acessível), como de forma passiva (por exemplo, quando se tem um discurso sobre as pessoas com deficiência que as considera merecedoras de pena e caridade, em vez de as ver como pessoas de plenos direitos). (Pereira, 2008, p. 18).

Assim, mais que um termo utilizado tão somente como forma de designar um segmento social, no caso as pessoas com deficiência, o capacitismo, que no Brasil ainda é escassamente empregado, tem sido adotado por estudiosos/as da área, como uma categoria de análise que visa suscitar, seja do ponto de vista teórico conceitual, seja do ponto de vista político, uma visão mais ampla acerca da deficiência.

Trata-se de uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes (incapazes de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais, etc), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia. (Mello & Nuernberg, 2013, p. 6).

Compreender a opressão capacitista implica, portanto, assumir um compromisso político perante as pessoas com deficiência, de modo a permitir que a sociedade reconheça que, mais que um corpo fisicamente impedido, é na mentalidade e no imaginário social, disseminados por meio de uma série de artefatos culturais discriminatórios, que se encontra a raiz dessas

manifestações tão perversas de exclusão. A esse respeito, Andrade denuncia que:

A lógica capacitista se configura como uma mentalidade que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho quanto para, até mesmo, cuidar da própria vida e tomar as próprias decisões enquanto sujeito autônomo e independente. Tudo isso porque, culturalmente, construiu-se um ideal de corpo funcional tido como normal para a raça humana, do qual, portanto, quem foge é tido, consciente ou inconscientemente, como menos humano. (Andrade, 2015, p. 3).

Assim como ocorre com a heteronormatividade, do ponto de vista sociocultural, a noção de capacidade corporal é tão forte, que quem não atende a estes padrões hegemônicos é desconsiderado/a em sua dignidade de ser humano. Por esta razão, é recorrente assistirmos ocasiões em que, sob a alegação da deficiência, pessoas são descartadas e, mais que isso, sua presença causa incômodo e estranhamento em determinados ambientes.

As marcas do capacitismo encontram-se visivelmente impressas no ambiente universitário que apesar de haver alcançado avanços significativos do ponto de vista tecnológico e intelectual, mantém-se aprisionado há crenças equivocadas acerca da incapacidade de pessoas com deficiência.

A lógica capacitista, portanto, manifesta-se tanto pela ausência de acessibilidade física nos mais diversos ambientes, negando aos estudantes com deficiência o direito autônomo de ir e vir, como por tantas outras barreiras que impedem o acesso à comunicação e à informação.

Percurso metodológico

Por compreender que apesar de chegar ao ensino superior em proporções cada vez mais elevadas, as chances de participação e liderança de pessoas com deficiência ainda são escassas, elenco, neste trabalho elementos autobiográficos da trajetória de uma docente cega cujas ações a identificam como protagonista, seja entre os colegas professores, seja na relação cotidiana com seus alunos.

Inicialmente, consideramos importante assinalar que a construção de trajetórias deve levar em conta aspectos como a questão da relação estabelecida no sentido que o sujeito dá a sua história e ressignificação do discurso que vem ser uma ponte entre o social e o individual. Tais elementos foram determinantes na tomada de decisão por essa opção metodológica, principalmente porque evidenciam que a narrativa em torno da trajetória de uma pessoa não se encerra nela mesma. Ao revisitar e ressignificar sua trajetória, a autora estabelece um diálogo com o coletivo de mulheres com deficiência, apontando as múltiplas formas de opressão que precisam ser urgentemente denunciadas por este segmento.

A opção por esta metodologia, portanto, reside no fato de que seus pressupostos teóricos e metodológicos fornecem elementos que colaboram para a compreensão da cultura de

indivíduos e grupos que agem em determinado tempo e espaço da sociedade.

Uma trajetória pode ser entendida como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos. Nessa perspectiva, os eventos biográficos e seus respectivos sentidos podem ser compreendidos dentro de um contexto no espaço social, ou seja, dentro de uma estrutura de distribuição dos diversos capitais econômico, político e cultural entre outros. (Bourdieu, 1996, p. 292).

Conforme dito pelo autor, a apropriação de dados relacionados à vida de um indivíduo oferece luzes para analisar a história e a cultura de grupos, por vezes bem sucedidos, por vezes desempoderados, categoria da qual fazem parte as mulheres com deficiência, público alvo deste estudo.

Compreendendo que há mulheres que já identificam os obstáculos decorrentes do capacitismo e das desigualdades de gênero, consideramos relevante registrar suas ações a fim de dar maior visibilidade às possibilidades de empoderamento e participação social da mulher com deficiência. Para tanto, na seção seguinte, apresentamos fatos que marcaram nossa trajetória enquanto professora universitária, os quais poderão auxiliar docentes e discentes com deficiência no enfrentamento da cultura capacitista, discutida nas seções anteriores. Tais memórias encontram-se registradas em um diário de campo, no qual descrevemos experiências de inclusão e exclusão vivenciadas no decorrer deste percurso.

Da instituição especial à docência superior

Nesta seção, a qual optei por escrever na primeira pessoa do singular, elenco experiências que, ao longo de minha trajetória enquanto docente do ensino superior, foram determinantes no enfrentamento da lógica capacitista que, conforme discutido anteriormente, classifica pessoas com deficiência como homens e mulheres incapazes de desempenhar papéis de protagonismo e liderança, estando constantemente subordinadas à voz e às decisões de outrem.

Se por um lado a comunidade universitária ainda adota atitudes de surpresa, espanto ou indiferença diante da presença de um discente com deficiência, o que pensar ou como se posicionar quando, na sala de aula, nas reuniões departamentais ou à frente de ações de pesquisa ou extensão, está um docente com deficiência? “Histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte”. (Glat, 1989, p. 31).

Em consonância com as palavras de Glat, mais que enaltecer a prática docente de uma professora cega, a partir dos registros a seguir, por meio dos quais compartilho 4 atitudes que procuro preservar ao longo de minha trajetória acadêmica, espero contribuir com os diversos segmentos que integram a comunidade universitária, apontando-lhes possibilidades de uma maior abertura e inclusão em meio a uma cultura que se utiliza do corpo como instrumento de exclusão e discriminação.

Antes, porém, apresento uma breve descrição de minha trajetória escolar da Instituição especializada ao ensino superior em cujas vivências hora inclusivas, hora excludentes e discriminatórias foram determinantes no processo de escolhas teórico metodológicas que conduzem minha atuação docente na área de Educação Especial.

Sou cega de nascimento e, diferentemente do que ocorre com muitas pessoas cegas do interior, em minha cidade natal há uma instituição especializada na qual ingressei aos seis anos de idade e permaneci até a conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental. Já os anos finais e o ensino médio foram vivenciados em escolas regulares de minha cidade na primeira metade da década de 1990. Nessa época ainda não se contava com práticas pedagógicas ou políticas públicas voltadas à inclusão de estudantes com deficiência. Por esta razão, o apoio de minha prima na realização de todas as atividades foi determinante neste processo.

Ainda nesta década, ocorre o meu ingresso no ensino superior, o qual, por vezes me senti tentada a abandonar em razão das dificuldades para o acesso ao conteúdo, já que não havia tecnologia assistiva ou profissional humano que me auxiliasse nessa tarefa. A ausência deste apoio humano, persistiu ao longo do mestrado e do doutorado, uma vez que, até hoje, a pós-graduação é carente de ações voltadas ao ingresso e a permanência de estudantes com deficiência. Entretanto, a tecnologia assistiva foi de extrema importância nesta etapa de minha vida, tanto para o acesso às leituras, como para produção de textos escritos.

Diálogo acerca da deficiência

"Professora, quando a senhora entrou na sala achávamos que fosse uma aluna da outra turma. E ficamos surpresas quando você se dirigiu ao birô e começou a falar com a gente". (Diário de campo, 2018).

Depoimentos como este são recorrentes nos primeiros encontros com novas turmas. Por esta razão e, ciente de que tal discurso se encontra enraizado na lógica capacitista, minha primeira estratégia consiste em conversar com a turma: Conhecer suas opiniões, apontar atitudes corriqueiras de preconceito e discriminação e, sobretudo, contrapor o princípio da negação da deficiência, explicando a importância e a necessidade de assumir esta identidade.

Assim, uma atitude reflexiva ajuda a entender que, da mesma forma que uma professora pode ser foliã no carnaval, um cego pode ser atleta, pai, amigo, trabalhador e folião. A ausência da visão não pode ser negada, tampouco exacerbada. (Magalhães & Cardoso, 2010, p. 60).

A meu ver, é sob esta perspectiva que a formação em educação especial deve caminhar nestes novos tempos, contribuindo, dessa forma, no sentido de desmistificar a visão reducionista que se tem em torno da deficiência e das pessoas nesta condição.

Tecnologia assistiva

As crenças infundadas a cerca de uma suposta incapacidade da pessoa com deficiência trazem como consequência ideias equivocadas em relação às suas reais possibilidades. Partindo desta concepção, uma série de questionamentos me são frequentemente dirigidos, seja pessoalmente, seja por intermédio de terceiros, os quais tratam de questões como: De que forma uma professora cega ministra suas aulas? Como transmite os conteúdos? E as avaliações, como as realiza? Como faz para comunicar-se com seus alunos?

Neste processo, destacou o relevante papel das tecnologias assistivas que, seja por meio do Sistema braille, seja pelos mecanismos de acessibilidade encontrados nos computadores e outros dispositivos móveis, tem ampliado significativamente o acesso à informação e a comunicação para as pessoas cegas.

Os recursos que favorecem a comunicação; a adequação postural e mobilidade; o acesso independente ao computador; a escrita alternativa; o acesso diferenciado ao texto; os projetos arquitetônicos para acessibilidade; os utensílios variados que promovem independência em atividades como alimentação, vestuário e higiene; o mobiliário e material escolar modificado; são exemplos e modalidades da TA. (Brasil, 2007, p. 31).

O uso da tecnologia assistiva se traduz, indubitavelmente, numa ferramenta valiosa no meu fazer docente. Registrar informações pessoais com o auxílio da linha braille, corrigir sozinha as atividades enviadas por e-mail pelos alunos, ou mesmo estabelecer com eles e com meus colegas professores, formas de comunicação direta através dos grupos de whatsapp, parecem ações simples, entretanto, constituem indicativos visíveis das possibilidades de autonomia e participação de pessoas cegas.

Todavia, o custo elevado de alguns equipamentos tais como: scanners com voz, linhas e impressoras braille, somado às dificuldades encontradas por pessoas com deficiência no manuseio de tais equipamentos, são obstáculos que impedem o acesso a inclusão destes estudantes. Por esta razão, torna-se necessário ampliar os investimentos visando a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva, como também a capacitação das pessoas com deficiência para utilizá-las adequadamente.

Relação professor aluno

Um dos grandes obstáculos no contato com pessoas cegas, diz respeito aos receios que muitos indivíduos revelam diante da necessidade de aproximação, condução ou diálogo com tais pessoas.

As pessoas que estabelecem contato com pessoas cegas, seja de forma ocasional ou regular, revelam-se de um modo geral inseguras sobre como agir diante das diferentes situações que possam ocorrer. É importante, antes de tudo considerar

que a convivência em qualquer nível ou dimensão, constitui tarefa complexa. Implica em negociações, concessões, acordos e ajustes. (Brasil, 2018).

Ciente de que este desafio pode se caracterizar como um obstáculo em meu fazer docente e, por acreditar que a constituição destes vínculos representa um passo importante na construção de uma cultura inclusiva, procuro esforçar-me para romper com tal concepção, vivenciando com meus alunos experiências de participação e reciprocidade. Em meio às dificuldades de acessibilidade, estes são imediatamente convocados a selecionar materiais, instalar equipamentos e até auxiliar-me na locomoção e resolução de outros problemas dentro da universidade.

"Conviver com pessoas com deficiência é uma experiência bemdiferente. É tudo tão normal! Só assim podemos compreender que elas realmente são capazes». (Diário do pesquisador, 2016).

"Estudar educação especial com uma professora cega é outra coisa. Agente pode ouvir ela mesma falar sobre suas dificuldades e ver, na prática, que estas pessoas têm muita capacidade". (Diário do pesquisador, 2017).

Relatos como estes me ajudam a perceber, nitidamente, que, mais que experiências de sensibilização, os momentos de convivência com meus alunos lhes proporcionam um novo olhar em relação à deficiência, o que certamente resultará em novas perspectivas de atuação para com estes estudantes.

O passo seguinte, a meu ver, consiste em torná-los agentes comprometidos e multiplicadores de novos conhecimentos em relação à temática.

Conclusão

Ao longo deste texto, explicitamos que, as dificuldades para o acesso à informação e comunicação somadas a atitudes de preconceitos e discriminação, se convertem em barreiras que, na escola, na universidade ou na sociedade em geral, negam às pessoas com deficiência o direito de exercer uma participação plena e efetiva.

Evidenciamos por outro lado, a existência de experiências exitosas que apontam possibilidade de ruptura e enfrentamento diante de tais desafios conforme anunciamos anteriormente com o registro da experiência, intencionamos oferecer à academia um subsídio a mais na luta contra o capacitismo e contra seus efeitos no ambiente universitário.

Estamos cientes de que, a nós, pessoas com deficiência, cabe o compromisso e a responsabilidade de assumirmos nosso protagonismo atuando em defesa dos direitos de mulheres e homens nessa condição, que sequer concluíram o ensino fundamental, acreditamos, todavia, que tais esforços serão insuficientes se não houver, por parte da

sociedade, a adoção de medidas visando a eliminação de barreiras e, conseqüentemente, a garantia da equidade e da dignidade humana das pessoas com deficiência.

Referências

- Andrade, S. (2015). Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? *As gordas*. 2015. Disponível em: <https://asgordas.wordpress.com/2015/12/03/capacitismo-o-que-e-onde-vivecomo-se-reproduz/>.
- Bourdieu, P. (1996). *A Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Brasil. (2007) *Atendimento Educacional Especializado*. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf
- Brasil. (2015). Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- Glat, R. (1989) *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir.
- IBC - Instituto Benjamin Constant. (2018) *Orientações gerais para o relacionamento com pessoas cegas*. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/fique-por-dentro/696-orientacoes-gerais-para-o-relacionamento-com-pessoas-cegas>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo/apresentacao.html>.
- Magalhães, R. C. B. P.; Cardoso, A. P. L. B. A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 139, p. 45-61, jan./abr. 2010
- Mello, A. G. de & Nuernberg, A. H. (2013). Corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência: algumas notas de campo. *Anais do 3º Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia.
- Pereira, A. M. B. A. *Viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Mestrado e Doutorado “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra.